



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

## DECISÃO GABPRES

Trata-se de processo administrativo, por meio do qual a Divisão de Cerimonial, através do Ofício n.º 13/2023 - CERIMON/TJ ([1098861](#)), informa a necessidade de contratação de fornecimento de itens para atender ao "**VIII Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil CONSEP/AM – 2023**", que contará com a presença de Presidentes, Ministros, desembargadores, juízes e demais autoridades locais e de fora do Estado.

Foram juntados aos autos o Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Mapa de Preços referente ao objeto a ser adquirido por dispensa de licitação, qual seja, aquisição de **kit de bandeiras de mesa, mastros em alumínio, bandeiras de cada estado do Brasil e rosetas em poliéster** para atender ao **VIII Encontro do Conselho dos Presidentes do Tribunais de Justiça do Brasil** a ocorrer em Novembro de 2023 e sediado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Consta, ainda, nos autos, a disponibilidade orçamentária para a aquisição do presente objeto, sem comprometimento da saúde financeiro-orçamentária deste Tribunal de Justiça, conforme ND - Nota de Dotação 2023ND0003670 (SEI n.º [1198651](#)).

A Assessoria Jurídico - Administrativa da Presidência entendeu ser possível a contratação direta da empresa **SHOW DAS BANDEIRAS - CNPJ: 02.603.092/0001-20**, a teor do citado art. 24, II da Lei n.º 8.666/93, posto que a aquisição tem valor inferior a **R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)** e não se refere à parcela de compra de maior vulto, manifestando-se favoravelmente ao pleito ([1200798](#)).

É o sucinto relatório, no seu essencial.

A Constituição Federal estabelece em seu art. 37, inciso XXI, regulamentado pela Lei Federal n.º 8.666/93, a necessidade do processo licitatório para contratações feitas pelo Poder Público com terceiros.

Nesse contexto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam, a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

No caso em comento, conforme relatado no parecer técnico, o pleito *sub examine* amolda-se à hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93, o qual dispõe que a licitação é dispensável nos casos de compras de até R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), exatamente como ocorre no caso em comento.

Ante o exposto, acolho o retromencionado parecer por seus jurídicos e legais fundamentos, pelo que os adoto como minhas próprias razões de decidir, para **autorizar** a contratação direta da empresa **SHOW DAS BANDEIRAS - CNPJ: 02.603.092/0001-20**, no valor total de **R\$ 5.175,00 (cinco mil, cento e setenta e cinco reais)**, por dispensa de licitação, em razão do preço se enquadrar no limite estabelecido pelo art. 24, II da Lei n.º 8.666/93.

Frise-se que, no momento da celebração efetiva do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto ao Poder Público em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Imprescindível, também, a necessidade de se dar ampla publicidade às compras realizadas pela Administração Pública, nos moldes do art. 37, *caput*, da CF/88 c/c art. 16 da Lei n.º 8.666/93.

À **Secretaria de Expediente e Secretaria de Orçamento e Finanças** para providências de praxe.

Manaus, data registrada no sistema.

*(assinado eletronicamente)*

**Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE**

Presidente TJ/AM



Documento assinado eletronicamente por **Nélia Caminha Jorge, Desembargadora de Justiça**, em 06/09/2023, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1208096** e o código CRC **A8406E9F**.

2023/000025566-00

1208096v4

Criado por [juliana.oliveira](#), versão 4 por [juliana.oliveira](#) em 05/09/2023 14:55:04.